

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PORTO SEGURO

DOI: <http://dx.doi.org/10.55449/congea.16.25.VII-029>

Matheus Filipe de Souza Xavier (*), Aluane Silva Ferreira, Martina Rossato, Elfany Reais do Nascimento Lopes

* Laboratório de Geoprocessamento e Gestão Costeira, Universidade Federal do Sul da Bahia; E-mail do autor apresentador: matheuzz.xavier@gmail.com

RESUMO

A degradação ambiental crescente, associada à expansão urbana, ao turismo desordenado e à exploração dos recursos naturais, demanda estratégias de sensibilização ambiental capazes de promover a sustentabilidade. Nesse cenário, a Educação Ambiental (EA) desempenha papel fundamental na formação crítica e participativa, sobretudo em territórios que abrigam Unidades de Conservação (UC). Em Porto Seguro (BA), região de relevante biodiversidade e forte pressão turística, foi instituído o Programa “Conhecer para Preservar”, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Causa Animal em cooperação com a Secretaria de Educação e o projeto Agente Jovem Ambiental Transformador, visando promover a sensibilização ambiental entre os jovens. O Programa organiza visitas guiadas a UC e instituições ambientais, integrando atividades teóricas, vivências práticas e devolutivas pedagógicas nas escolas. Entre 2022 e 2025, foram registradas 97 turmas escolares e 2.663 estudantes participantes, em quatro UC: Parque Marinho do Recife de Fora, Parque Nacional do Pau Brasil, Reserva Particular do Patrimônio Natural Estação Veracel e Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio do Brasil. Os resultados evidenciam não apenas a amplitude numérica das ações, mas também a valorização do patrimônio natural, o contato direto com ecossistemas de Mata Atlântica e a inserção dos estudantes em experiências que fortalecem a cidadania ambiental. As práticas, fundamentadas sob a legislação nacional e municipal de EA, consolidam-se como política pública local e aproximam a comunidade perante a importância da gestão ambiental. Assim, o Programa se destaca como estratégia replicável para outros municípios que enfrentam desafios semelhantes, reforçando a integração entre conservação, educação e participação social.

PALAVRAS-CHAVE: Sensibilização ambiental, biodiversidade, políticas públicas, turismo sustentável, Mata Atlântica.

INTRODUÇÃO

A crescente degradação ambiental, intensificada pela expansão urbana, o turismo desordenado e a exploração excessiva dos recursos naturais, exige estratégias eficazes de sensibilização e mobilização social. Nesse contexto, a Educação Ambiental (EA) surge como ferramenta para formação de uma consciência crítica e fomenta a participação ativa da sociedade na proteção do ambiente. De acordo com Mendonça (2012), a EA é reconhecida como ferramenta capaz de sensibilizar a sociedade acerca dos problemas ambientais e ajudar a promover a sustentabilidade. Em especial, nas regiões que abrigam áreas de relevante interesse ecológico, como as Unidades de Conservação (UC), a educação ambiental deve ser aliada aos processos de gestão e conservação.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituídas pelas Lei nº 9.795/1999 e Lei nº 9.985/2000, respectivamente, estabelecem diretrizes que reforçam o papel educativo das UC, reconhecendo estes espaços como potenciais para troca de saberes e transformação social (BRASIL, 1999; 2000). Com isso, ao integrar escolas, comunidades e turistas, essas áreas passam a contribuir para a difusão de valores, experiências, conhecimentos e práticas sustentáveis. O pensamento de Campelo Junior et. al (2020) agrega a importância das UC enquanto espaços de educação, considerando-as áreas valiosas para a produção do pensamento, a reflexão do sujeito e a própria condição de sua existência, proporcionando um espaço para o aprofundamento da importância do meio ambiente natural, muitas vezes, somente conhecido de maneira superficial.

Cabe destacar que a EA, quando associada à gestão participativa das UC, transcende o caráter meramente informativo, tornando-se um processo formativo e emancipador. De acordo com Jacobi (2003), a EA deve ser compreendida como prática social que articula saberes e promove a construção de valores coletivos, contribuindo para uma mudança cultural necessária frente às crises ambientais globais. Nesse sentido, as UC não apenas preservam ecossistemas, mas também se constituem em espaços privilegiados de diálogo entre ciência, comunidades locais e visitantes, o que potencializa sua função pedagógica.

No contexto da Mata Atlântica, bioma fortemente ameaçado, experiências educativas em UC assumem papel estratégico na consolidação da cidadania ambiental, uma vez que permitem a vivência direta em ambientes naturais e a reflexão crítica sobre os impactos da ação humana. Estudos recentes evidenciam que práticas pedagógicas desenvolvidas em áreas protegidas contribuem para o fortalecimento da identidade socioambiental dos participantes, ampliando a percepção de

pertencimento e responsabilidade sobre o território (CARVALHO, 2018). Neste aspecto, o município de Porto Seguro, localizado no Sul da Bahia, destaca-se como um território de importância ecológica e cultural, abrigando ecossistemas de Mata Atlântica e zonas costeiras ricas em biodiversidade. A presença de diversas Unidades de Conservação aliada à intensa atividade turística e ao crescimento urbano acelerado, torna a região um espaço estratégico para a implementação de programas de educação ambiental. Porém, Schiavetti et al. (2023) afirma que muitas UC localizadas no Corredor Central da Mata Atlântica na Bahia, onde se insere Porto Seguro, enfrentam fragilidades institucionais, operando com recursos humanos e financeiros insuficientes, além de apresentarem infraestrutura precária e baixa efetividade no cumprimento de seus objetivos. Esse cenário revela a urgência de estratégias educativas críticas e participativas, que aproximem a sociedade da gestão ambiental e promovam o fortalecimento das UC para que cumpram o papel de preservação ou conservação previstos na legislação.

Ademais, relatar e analisar experiências de educação ambiental desenvolvidas nas UC de Porto Seguro são relevantes para gestores públicos, educadores e formuladores de políticas ambientais, pois permitem compreender os desafios enfrentados, identificar boas práticas e propor ações replicáveis em outros territórios. A partir disso, o presente estudo busca destacar o papel destas áreas como espaços para a educação ambiental, contribuindo para o fortalecimento da conservação e da cidadania ambiental.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo caracterizar e avaliar a amplitude do Programa de Educação Ambiental “Conhecer para Preservar”, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Porto Seguro (BA), destacando suas ações de visitas guiadas de alunos da rede municipal de ensino em Unidades de Conservação e instituições ambientais da região como estratégia de sensibilização ambiental. Além de analisar dados quantitativos de participação das escolas, de modo a discutir sua relevância para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica, a valorização do patrimônio natural e o fortalecimento da cidadania ambiental.

METODOLOGIA

3.2 ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi realizado no município de Porto Seguro, localizado no Sul da Bahia, uma região reconhecida por sua expressiva riqueza ambiental e histórica. O território abriga remanescentes de Mata Atlântica e diversos ecossistemas costeiros, como restingas, manguezais e recifes de coral, configurando-se como uma das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no Brasil. No município é desenvolvido o Programa de Educação Ambiental “Conhecer para Preservar”, realizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Causa Animal (SEMAC) em cooperação com o projeto Agente Jovem Ambiental Transformador do município de Porto Seguro (AJAT). O programa tem como atividade principal as visitas guiadas às UC e instituições ambientais localizadas no município, atuando como ferramenta educativa voltada à sensibilização de jovens e professores de escolas municipais.

3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Com uma abordagem quantitativa e qualitativa, realizou-se uma caracterização das UC a partir dos dados secundários referentes à data de criação, grupo, categoria, órgão gestor, esfera administrativa, objetivo e bioma, disponíveis pelo Painel de Monitoramento de Unidades de Conservação (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2025). Para quantificação dos participantes, número de visitas e UCs visitadas, foram realizados os registros de frequência durante as atividades, contendo informações como: número de participantes, instituições atendidas e perfil do público envolvido. Essa estratégia é coerente com o que destaca Mendonça e Câmara (2012) ao abordarem a importância do monitoramento contínuo das ações ambientais em UCs para avaliação de seus impactos educativos. Foram realizados registros fotográficos das ações, com a finalidade de documentar visualmente o desenvolvimento das atividades em campo e divulgar as atividades em redes sociais parceiras. A importância da documentação e divulgação processual por meio das redes se dá pelo período atual denominado técnico-científico informacional, o qual, imprimiu mudanças abruptas e significativas tanto do ponto de vista social, político, econômico e cultural na sociedade contemporânea (SANTOS, 2014). Todos os responsáveis dos participantes assinam o Termo de Responsabilidade, autorizando a participação nas atividades e o uso das imagens para fins de registro e divulgação institucional.

Os dados organizados em planilha eletrônica e analisados de forma integrada por meio de estatística descritiva. A análise integrada dos dados buscou compreender não apenas o alcance numérico do programa, mas principalmente sua contribuição para a construção de valores, saberes e práticas voltadas à conservação ambiental e ao fortalecimento da cidadania ecológica no contexto das Unidades de Conservação.

RESULTADOS

O Programa de Educação Ambiental “Conhecer para Preservar” foi criado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Causa Animal (SEMAM) de Porto Seguro, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) no ano de 2022. Alinhado à Política Municipal de Educação Ambiental, Lei nº 1.167/2014, o Programa surgiu com o propósito de propagar o conhecimento sobre as UCs do município e sensibilizar a comunidade escolar quanto à importância da preservação da biodiversidade e dos ecossistemas de Mata Atlântica locais. Entre os objetivos do Programa, destacam-se: despertar a sensibilização ambiental entre os jovens; aproximar os estudantes da realidade ecológica presente em seu território; e promover a valorização do patrimônio natural e estimular práticas cidadãs voltadas à conservação.

O público-alvo principal são jovens estudantes da rede pública municipal, do Ensino Fundamental (4º ao 9º ano), embora também envolva professores, familiares e instituições parceiras nas ações desenvolvidas. Para alcançar esses objetivos, o Programa organiza atividades diversificadas, como visitas guiadas às UCs e suas trilhas interpretativas, centros educacionais e projetos com objetivos de sustentabilidade, oficinas educativas, palestras e aulas de campo. A estrutura pedagógica é dividida em três etapas: 1 - Preparação teórica, a partir de palestras realizadas nas escolas que apresentam conteúdos relacionados aos ecossistemas naturais e locais; 2 - Vivência prática nas UC, que inclui atividades como mergulho supervisionado, trilhas, observação da flora e da fauna e interação com materiais educativos, de acordo com o tipo de visita. 3 - Proposta de consolidação dos conteúdos nas escolas, por meio de atividades reflexivas e produção de devolutivas pedagógicas a partir do acompanhamento dos professores, e atividades realizadas posteriormente dentro da sala de aula. As ações são planejadas através de um cronograma anual e contam com apoio logístico das secretarias envolvidas, operadoras de turismo, instituições ambientais visitadas, estagiários e bolsistas.

Em quatro anos de Programa, foram visitadas quatro UC, sendo o PNMM Recife de Fora, PARNA Pau Brasil, RPPN Rio do Brasil, RPPN Veracel (Tabela 1), além do Projeto Coral Vivo e do Jardim Botânico da Universidade Federal do Sul Da Bahia (UFSB). O PNMM Recife de Fora foi criado em 1997 e com cerca de 1.970 hectares, é uma UC municipal voltada à proteção de recifes de coral. Sua gestão é realizada pela SEMAM e as atividades permitidas dentro da área são turismo recreativo, pesquisa científica e educação ambiental. A RPPN Estação Veracel, criada em 1998, é uma das maiores reservas privadas da Bahia, com 6.003 hectares e objetivo de preservar ecossistemas de Floresta Atlântica e promover estudos científicos e ações educativas. A RPPN Rio do Brasil, criada em 2008, possui 88,80 hectares e é voltada à conservação da diversidade biológica, representando um importante fragmento de Mata Atlântica no município. O PARNA Pau Brasil, é uma UC de proteção integral, criada em 1999, com área de aproximadamente 18.934 hectares e administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação à Biodiversidade (ICMBio). Seu objetivo visa à proteção da biodiversidade da Mata Atlântica e o fomento da pesquisa científica e da educação ambiental, sendo parte do Mosaico do Extremo Sul da Bahia e patrimônio mundial da UNESCO.

Quadro 1. Unidades de Conservação participantes do Programa Conhecer para Preservar. Fonte: Realizado pelos autores.

Unidade de Conservação	Categoria	Esfera	Área (ha)	Bioma	Data de Criação	Objetivo Principal
Parque Marinho do Recife de Fora*	Parque Natural Municipal*	Municipal	1.970	Marinho	1997	Proteção de recifes de coral, turismo ecológico
Parque Nacional do Pau Brasil (PARNA)	Parque Nacional	Federal	18.934	Mata Atlântica	1999	Preservação ecológica, educação ambiental e pesquisa
RPPN Estação Veracel	RPPN – Uso Sustentável	Federal	6.003	Mata Atlântica	1998	Preservação e educação ambiental
RPPN Rio do Brasil	RPPN – Uso Sustentável	Federal	88,80	Mata Atlântica	2008	Conservação da fauna e flora nativa

*equivalente a Parque Nacional

O Programa “Conhecer para Preservar” demonstrou significativa amplitude entre os anos de 2022 e 2025, contemplando a participação ativa de 97 turmas escolares da rede pública municipal, resultando em um total de 2.663 estudantes e participantes envolvidos nas atividades de educação ambiental em campo. O engajamento das escolas ao Programa permitiu que 222 alunos de 9 turmas participassem em 2022, 728 alunos de 22 turmas escolares em 2023, e 1.054 alunos de 40 turmas em 2024. Neste ano, até o mês de julho, 659 alunos e 26 turmas escolares já participaram das ações, alcançando 90,5% das taxas de visitação em 2023 e 62,5% em 2024. Uma análise detalhada destes quantitativos podem ser realizados na Figura 1 (AB). Além da análise quantitativa apresentada, observa-se que a evolução do número de participantes ao longo dos anos demonstra um processo de consolidação institucional do Programa “Conhecer para Preservar”. O aumento progressivo das turmas envolvidas, especialmente em 2023 e 2024, pode ser interpretado como resultado da maior articulação entre escolas, gestores ambientais e parceiros institucionais. Essa tendência indica não apenas o fortalecimento da política pública local, mas também a capacidade do Programa de gerar credibilidade junto à comunidade escolar, aspecto apontado por Gohn (2019) como fundamental para a continuidade de práticas educativas de caráter crítico e emancipador.

Outro ponto relevante consiste na diversidade de Unidades de Conservação visitadas. Embora o Parque Marinho do Recife de Fora concentre o maior número de participações, a inserção de diferentes tipologias de UC, referindo-se as suas esferas políticas (municipais, federais ou privadas) amplia as possibilidades pedagógicas, pois proporciona aos estudantes vivências distintas sobre conservação, uso sustentável e pesquisa científica. Conforme destacam Loureiro e Layrargues (2021), experiências múltiplas em campo favorecem a compreensão das complexas interações entre sociedade e natureza, fortalecendo a dimensão interdisciplinar da Educação Ambiental. Ademais, a análise dos dados sugere que a variação nas taxas de visitação entre os anos está associada a fatores logísticos, orçamentários e climáticos, elementos que frequentemente influenciam programas semelhantes em outras regiões (GUIMARÃES; CARVALHO, 2018). Tal constatação reforça a necessidade de garantir estabilidade financeira e suporte técnico para a manutenção das ações, prevenindo oscilações que possam comprometer os resultados educacionais e sociais do Programa.

Por fim, cabe salientar que o engajamento de quase três mil estudantes em um período de quatro anos não apenas representa um alcance expressivo em termos numéricos, mas também configura uma oportunidade de multiplicação social. Ao retornar às comunidades, esses jovens tornam-se agentes disseminadores de práticas e valores ambientais, corroborando o que Santos e Carvalho (2020) identificam como “efeito multiplicador” da Educação Ambiental, essencial para o fortalecimento da cidadania ecológica em contextos locais.

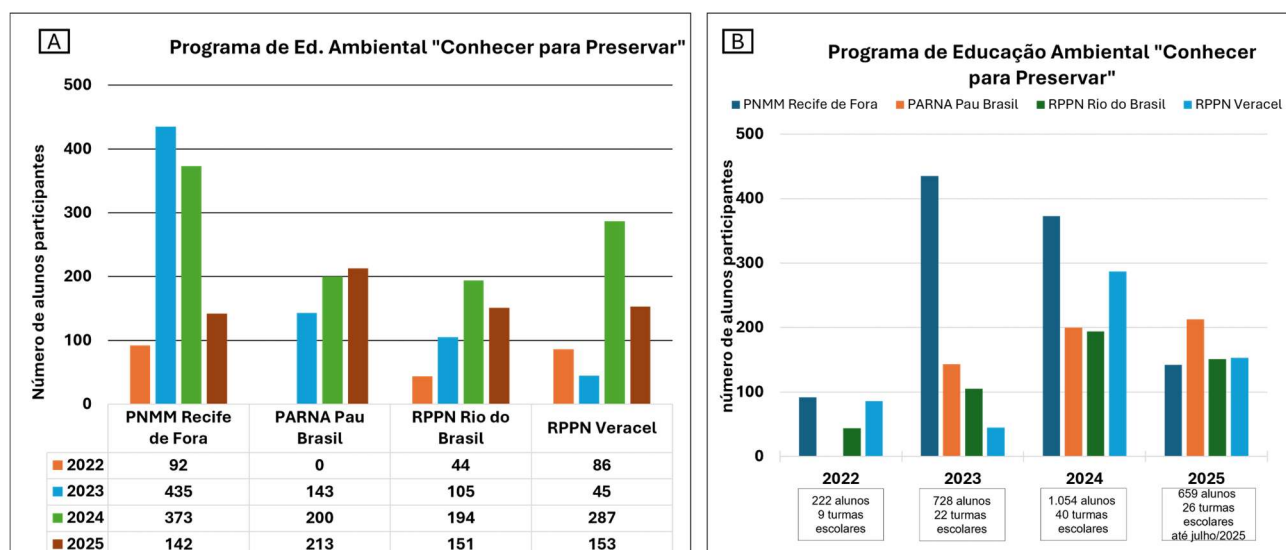


Figura 1: Análise quantitativa de alunos em visita à Áreas de Conservação. A – Registros de 2022 a 2025 por UC. B – Registros de 2022 a 2025 geral. Fonte: Realizado pelos autores.

Os números acumulados, no período, também destacam o acesso dos estudantes e quantitativo de escolas por UC, conforme Tabela 2. Entre as UC com maior número de visitas, destaca-se o Parque Natural Municipal Marinho do Recife de Fora.

Quadro 2. Análise quantitativa de alunos e turmas escolares atendidas por Unidade de Conservação.

Fonte: Realizado pelos autores.

Unidade de Conservação	Alunos participantes	Turmas Escolares atendidas
PNMM Recife de Fora	1.042	32
RPPN Veracel	571	21
PARNA Pau Brasil	556	20
RPPN Rio do Brasil	494	24

A atuação do Programa com formação ativa a partir de palestras e visitas práticas, representa, segundo Mendonça e Câmara (2012) e Campelo Junior et al. (2020), uma das formas mais eficazes de promover a educação ambiental crítica, pois insere o aluno em contato direto com os ecossistemas e fortalece a construção de saberes a partir da realidade vivida. Ao integrar trilhas interpretativas, aulas de campo, oficinas e palestras com pesquisadores e instituições locais, o programa reafirma o conceito de educação ambiental formal e não formal previsto na Lei nº 9.795/1999 (BRASIL, 1999). Em programa similar desenvolvido na Área de Proteção Integral do Maracanã, localizado no estado do Maranhão, também foi observado que o contato direto com UC amplia o engajamento dos estudantes com temas ambientais e facilita a sensibilização ambiental, especialmente quando articulado com o currículo escolar e mediado por profissionais capacitados (SEGET, 2012).

CONCLUSÃO

O Programa de Educação Ambiental “Conhecer para Preservar” tem se consolidado enquanto política pública de educação ambiental, demonstrando resultados consistentes em número de participantes, diversidade de ambientes visitados e envolvimento de escolas. Da mesma forma, se mostra como uma ferramenta eficaz de sensibilização ambiental em Porto Seguro (BA), ao proporcionar experiências diretas em UC, oportunidade de conhecer áreas protegidas, acesso à ecossistemas naturais locais e valorização do patrimônio natural. Com isso, a continuidade e ampliação do programa, maior integração às escolas públicas e inclusão de outras UCs da região devem ser consideradas pela gestão do Programa, ampliando o alcance e favorecendo a cidadania ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MENDONÇA, Danielly Jessyca Fernandes; CÂMARA, Rosélis de Jesus Barbosa. **Educação ambiental em unidades de conservação: um estudo sobre projetos desenvolvidos na APA do Maracanã**. In: SEGET – Seminários em Gestão, Educação e Tecnologia, 2012, Resende. Anais [...]. Resende: AEDB, 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/41316868.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 1, 28 abr. 1999.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 1, 18 de jul. 2000.
- CAMPELO JUNIOR, Marcos Vinícius; VALVERDE, Luiz Henrique Ortelhado; SILVA, Luiz Eduardo da; SIQUEIRA, José Flávio Rodrigues. **Unidades de conservação como espaços de diálogos para a educação ambiental crítica**. *Revista Pantaneira*, v. 18, ed. esp. IV Workshop do PPGEIO/CPAQ/UFMS e 3ª Mostra de Pesquisa dos Cursos de Pós-Graduação e Graduação em Geografia: “Olhares e lugares geográficos do ensino, saúde, ambiente e sociedade na pandemia”, Aquidauana-MS, UFMS, nov. 2020.
- ACOBÍ, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-205, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100008>. Acesso em: 13 set. 2025.

6. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Painel Unidades de Conservação Brasileiras**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDNmZTA5Y2ItNmFkMy00Njk2LWI4YjYtZDZlNzFkOGM5NWQ4IiwidCI6IjJmY2ZmE5LTNmOTMtNGJiMS05ODMwLTZyNDY3NTJmMDNINCIsImMiOiJF9>. Acesso em: 20 maio 2025.
7. SCHIAVETTI, Alexandre; MAGRO, Tamires C. da S.; SANTOS, Letícia C. **Unidades de Conservação no Corredor Central da Mata Atlântica – Bahia: diagnóstico da efetividade de gestão**. *Revista Árvore*, Viçosa, MG, v. 47, e4737, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rarv/a/yxhWSBQ36fLLfFPWjHB6bnd>. Acesso em: 10 jul. 2025.
8. GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação em projetos sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrio.br/facead/article/download/9299/7549>. Acesso em: 15 set. 2025.
9. LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2021. Disponível em: <https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&biblioteca=vazio&busca=autoria%3A%22LAYRARGUES%2C+P.+P.%22&id=107092>. Acesso em: 13 set. 2025.
10. GUIMARÃES, Mauro; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Políticas públicas e Educação Ambiental: entre avanços e desafios**. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 13, n. 4, p. 23–41, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2510/251057536005/html/>. Acesso em: 14 set. 2025.
11. SANTOS, Eliane; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental crítica e transformadora: desafios e possibilidades**. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 37, n. 2, p. 15–32, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/11312>. Acesso em: 13 set. 2025.
12. SANTOS, V. L. C.; SANTOS, J. E. **As redes sociais digitais e sua influência na sociedade e educação contemporâneas**. *HOLOS*, Natal, v. 6, p. 307–328, 2014. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481547175023>. Acesso em: 11 jul. 2025.

